



SENADO FEDERAL  
SENADOR SÉRGIO PETECÃO

## PARECER Nº , DE 2014

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2013, que altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com o fim de criar a possibilidade de acordo entre a União e os municípios para pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica pública das redes municipais.**

RELATOR: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

### I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2013, cuja ementa encontra-se epigrafada.

O art. 1º do projeto acrescenta o art. 22-A à Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB), para prever que a União poderá estabelecer acordo individual com os Municípios, no intuito de se responsabilizar pelo pagamento das remunerações dos profissionais do magistério da educação básica desses entes federativos. Em contrapartida, a União receberá o valor correspondente aos 60% dos recursos do Fundeb a que se refere o art. 22 da Lei nº 11.494, de 2007.

O art. 2º estabelece o início da vigência da futura lei na data de sua publicação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Em 26 de novembro de 2013, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte manifestou-se pela rejeição da proposição em análise.





SENADO FEDERAL  
SENADOR SÉRGIO PETECÃO

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

No tocante à constitucionalidade, o art. 24, IX e § 1º, da Constituição, atribui competência à União para legislar sobre normas gerais de educação. Do mesmo modo, cabe ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da Lei Magna, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Todavia, conforme estatuído no art. 84, VI, *a*, da Carta Magna, compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos. A proposição em tela trata da celebração de acordos entre a União e outros entes federativos, para transferências voluntárias, assunto referente à organização e funcionamento da administração federal, inclusive já disciplinado pelo Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. Frise-se que a proposição não aumenta a despesa da União, pois a celebração de convênios para auxílio financeiro aos Municípios, nos moldes previstos no projeto em tela, insere-se na discricionariedade da União, que decidirá voluntariamente se realiza o acordo ou não. Assim, a matéria não poderia ser veiculada em projeto de lei de autoria parlamentar.

Por outro lado, é fato que o art. 30, VI, da Constituição atribui aos Municípios a competência para manter programas de educação infantil e de ensino fundamental, prevendo a possibilidade de cooperação técnica e financeira da União e do respectivo Estado. Mas o art. 211, § 2º, da Lei Maior prevê que são os Municípios que devem atuar prioritariamente, tanto no ensino fundamental, como na educação infantil. Não obstante, conforme opinou a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o projeto em tela subverte o modelo federativo vigente, ao atribuir à União atuação substitutiva na educação básica, em vez da atuação supletiva prevista na Constituição.

Quanto à juridicidade, a proposição afigura-se desnecessária, uma vez que o art. 4º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 (que institui o piso salarial profissional nacional – PSPN – para os profissionais do magistério



SF/14387.90008-70



SENADO FEDERAL  
SENADOR SÉRGIO PETECÃO

público da educação básica), já prevê que a União deverá complementar a integralização do valor do PSPN nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado.

Finalmente, no tocante à regimentalidade e à técnica legislativa, não foram encontrados vícios na proposição.

### III – VOTO

Ante o exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2013, ante sua inconstitucionalidade e injuridicidade.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/14387.90008-70